



Epistemología anarquista y conocimiento étnico-racial en América Latina y el Caribe

Igor Oliveira da Silva

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Gracy Kelli Martins

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo desenvolver uma reflexão crítica decolonial que evidencia a influência das epistemologias latino-americanas e caribenhas na produção do conhecimento científico. Trata-se de uma proposta cuja preocupação fundamental é situar as questões decoloniais do conhecimento, as quais privilegiam as discussões existentes fora dos contextos hegemônicos de produção dos saberes. Como procedimento metodológico para construção dessa investigação, foi realizada uma pesquisa exploratória por meio de uma revisão bibliográfica. Orienta-se pelo princípio de que a visão eurocêntrica de mundo interveio na produção do conhecimento, atingindo proporções universais e monopolizando a totalidade do saber concernente ao “outro”. Por conseguinte, toda produção intelectual que se inscrevia num quadro diferente da estrutura europeia de pensamento foi silenciada e, com o passar do tempo, apagada. Apesar disso, uma parcela do conhecimento situado resistiu ao tempo por meio da oralidade e de produções negligenciadas nas formações acadêmicas. Diante desse contexto, surge um problema epistemológico: o conhecimento científico foi utilizado como instrumento de poder para omitir o de outrem. A fim de minimizar as questões conflitantes, cabe à Biblioteconomia e à Ciência da Informação articular o conhecimento situado latino-americano e caribenho no âmbito científico e incentivar a produção epistemológica de registros informacionais como forma de recuperar o conhecimento perdido/apagado ao longo dos últimos cinco séculos, destacando que os sujeitos informacionais autóctones, ou seja, sujeitos que pertencem/habitam um território/região, participem ativamente na produção e comunicação do conhecimento. Na contemporaneidade, autores como Mignolo (2003, 2005) e Walsh (2013) têm travado uma série de discussões epistemológicas acerca da decolonialidade do conhecimento como forma de contribuir para que diferentes epistemologias adentrem ao campo científico. Nesse percurso, utilizando uma abordagem interdisciplinar, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação têm mantido um constante diálogo dos saberes situados – negro/camponês/indígena/feminista –, oriundos de diferentes realidades culturais, com os instrumentos de produção e disseminação da informação que normalmente privilegia uma estrutura colonial de poder. Com base nessas imbricações, iniciam-se as discussões sobre os estudos decoloniais como forma de empreender o pluralismo metodológico (Duque-Cardona, Mazo, Uribe,



2023) e legitimar diferentes saberes que ainda buscam conquistar espaço na produção epistemológica. Ao fim, destaca-se a necessidade de romper com o modelo universal e empreender o anarquismo epistemológico, visto que, na perspectiva decolonial, o pensamento europeu é apenas uma parcela do conhecimento e nenhuma epistemologia pode ser tomada como cânones para se sobrepor as demais.

Palavras-chave: Anarquismo Epistemológico; Epistemologia latino-americana; Epistemologia caribenha; decolonialidade.



Introdução

Falar em epistemologia atualmente é falar de questões conflitantes, visto que o conhecimento científico foi utilizado como instrumento de poder para negar a pluralidade epistemológica tão indispensável para o progresso científico. Dessa maneira, se, por um lado, estão as epistemologias globais, que se impuseram como superiores para marginalizar os demais saberes, por outro, há as epistemologias do sul global, que passaram por um processo de dominação para serem reduzidas à inexistência. Além dessas distinções, as hierarquias estabelecidas entre elas se acentuaram cada vez mais ao longo dos séculos.

Dessa maneira, o anarquismo epistemológico proposto pelo filósofo da ciência Paul Feyerabend (1924-1994) emerge como uma forma de combater o controle do conhecimento e da subjetividade pertencente aos sujeitos colonizados. Assim, os estudos críticos pós-coloniais (Mignolo, 2003, 2005), apoiados na ideia de anarquismo, têm se apresentado como um campo de pesquisa que pretende emancipar os saberes historicamente excluídos, utilizando-se de conceitos e epistemologias produzidas no sul global (Duque-Cardona; Restrepo-Fernández, 2021). Dentre eles, há o pensamento decolonial, que segue a mesma linha de raciocínio do anarquismo, já que não se trata de um pensamento “de coexistência pacífica, mas de conflito que reclama o direito de re-existência em todas as ordens do pensar e do viver” (Mignolo, 2008, p. 241).

Este artigo possui uma abordagem crítica do conhecimento, cujo objetivo é desenvolver uma reflexão decolonial que evidencie a influência das epistemologias latino-americanas e caribenhas na produção do conhecimento científico. Para esse propósito, ele busca dialogar com os conceitos desenvolvidos para visibilizar o conhecimento situado no contexto latino-americano, incluindo o anarquismo epistemológico (Feyerabend, 1977), o pensamento fronteiriço (Walsh, 2013) e os estudos decoloniais (Duque-Cardona; Restrepo-Fernández, 2021), conceitos chave que viabilizam a representação das falas pertencentes aos grupos étnicos-raciais que lutam por justiça.

A fim de atingir o objetivo proposto, este artigo está dividido em duas partes. Inicialmente, iremos abordar a conjuntura histórica do processo colonizador que pôs à margem o conhecimento produzido por diferentes grupos étnicos/raciais latino-americanos e caribenhos. Com essa finalidade, dialogaremos com o conceito do anarquismo epistemológico (Feyerabend, 1977) e pensamento fronteiriço (Walsh, 2013) para combater o obscurantismo epistemológico gerado pelas experiências colonizadoras. Ainda neste tópico, destacaremos a contribuição do conhecimento negro, camponês, indígena e feminista, bem como os obstáculos epistemológicos (Bachelard, 1996) encontrados para maior integração/participação na construção do conhecimento humano.

No segundo momento, iremos discorrer sobre a responsabilidade política e social da Ciência da Informação (CI) para contribuir com a justiça social desses grupos por meio dos estudos decoloniais. Com esse propósito, destacamos os Programas de Investigação Científica (PIC) (Lakatos, 1978) como instrumentos metodológicos de intervenção pela Biblioteconomia e pela CI, de modo a implementar o diálogo entre os saberes, evidenciando dois vieses: 1) a necessidade de reintroduzir os conhecimentos destruídos/apagados em decorrência das práticas do epistemicídio



nos centros de produção científica; 2) o compromisso das universidades em receber a diversidade de povos e culturas para formar pesquisadores que contribuam com o desenvolvimento teórico de suas áreas.

Produção do conhecimento situado: considerações sobre as comunidades latino-americanas

Como forma de colaborar com a formação do mundo moderno/colonial (Mignolo, 2003; 2005), os centros hegemônicos do conhecimento cooperaram com o processo expansionista, que visava, dentre outros fatores, sobrepor o conhecimento eurocêntrico em detrimento dos saberes produzidos no além-mar. Com base nessa formulação, criou-se uma ciência com referências a um sistema de valores, composta por homens brancos, cristãos e ocidentais que, para manter o poder perante os sujeitos do conhecimento pertencentes ao Sul Global, implementou um projeto político-racial cujo propósito foi estabelecer normas para hierarquizar os saberes, as linguagens, o vocabulário e as demais formas de conhecer o mundo. Conforme Mignolo (2003), no contexto do Século XVI, os missionários espanhóis julgavam a inteligência e civilização dos povos com base no domínio de uma escrita alfabética. Posteriormente, no final do Século XVIII e o início do Século XIX, “o critério de avaliação já não era a escrita, mas a história. ‘Os povos sem história’ situavam-se em um tempo ‘anterior’ ao ‘presente’. Os povos ‘com história’ sabiam escrever a dos povos que não a tinham” (Mignolo, 2003, p. 23).

Considerando esse contexto, percebe-se que a implementação desse projeto político-racial levou diferentes grupos étnicos/raciais a serem sujeitados ao poder colonizador de uma ciência intolerante, que considerava a produção dos “marginalizados” como um conhecimento vulgar (Bachelard, 1996). Todo esse contexto de exclusão/segregação reforça a máxima de que “as relações de poder na produção do conhecimento são imbricadas pelo entrelaçamento de variáveis como gênero e raça” (Duque-Cardona, Mazo e Uribe, 2023, p. 93). Frente ao imbricamento dessas variáveis, a episteme europeia dominou a mentalidade dos grupos latino-americanos e caribenhos de forma avassaladora, culminando na estruturação racial dos povos, em que indígenas e afrodescendentes se tornaram vítimas da cultura do extermínio.

Para combater o obscurantismo epistemológico deixado pelas experiências da colonização e combater as desigualdades entre saberes, surge o Anarquismo Epistemológico (Feyerabend, 1977) como forma de viabilizar o progresso do conhecimento científico sem se apoiar em saberes pré-determinados, bem como propor diferentes maneiras de enxergar o mundo com base em teorias até então não aceitas pela lógica universalista dominante. Conforme Duque-Cardona, Mazo e Uribe (2023, p. 102), “o anarquismo epistemológico busca, a partir de uma perspectiva crítica latino-americana, que saber e conhecimento, ciência e filosofia tenham um sentido situado e baseado na justiça social” (Duque-Cardona, 2023, p. 102). Desse modo, o anarquismo epistemológico pode ser entendido como um dispositivo contra hegemônico de amplas reconsiderações epistêmicas para o processo emancipatório material/mental/intelectual das comunidades situadas no Sul Global.



No campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação (CI), os pesquisadores – sobretudo aqueles situados nos países latino-americanos –, ao refletirem sobre o porquê e o para quê da existência dessa ciência, têm recorrido ao anarquismo epistemológico para intervir nos conflitos de poder entre saberes que impedem o progresso da ciência. A articulação entre diferentes saberes é imprescindível para superar os obstáculos epistemológicos que causam a estagnação do saber. Tal articulação se torna “um chamado à luz do pluralismo metodológico da necessidade de incorporar, no desenvolvimento científico, saberes que contem para o outro, para a outra” (Duque-Cardona; Mazo; Uribe, 2023, p. 92). Para atingir essa finalidade, é primordial a existência de um diálogo com os saberes situados, aqueles originados em diferentes realidades culturais latino-americanas que estiveram sujeitas ao julgamento europeu.

No contexto latino-americano e caribenho, os saberes situados são compostos por diferentes sujeitos que, apesar de não receberem a mesma visibilidade oferecida à ciência ocidental, contribuem com a construção de teorias e epistemes. Estão inclusos: o conhecimento negro, formado por sujeitos que, apesar de sofrerem com o jugo da escravidão, deixaram um legado sociocultural que contribuiu para formação da nacionalidade de vários países; o conhecimento camponês, formado por sujeitos que habitam as áreas rurais e contribuem com a produção de conhecimentos indispensáveis para as atividades aplicadas ao plantio e ao manejo de animais e plantas; o conhecimento indígena, o qual, assim como o conhecimento camponês, possui forte base empírica e é fruto da conexão estabelecida com a natureza e com o coletivo que os une para compreender e prever fenômenos; e o conhecimento feminista, produzido tradicionalmente por mulheres para combater o patriarcado, objetivando reintroduzir as mulheres na sociedade.

Nesse panorama, entende-se que o conhecimento produzido por esses sujeitos possui interseccionalidades geo-históricas que circulam em um movimento de ir e vir por múltiplos territórios¹, em um constante processo de transterritorialidade, tido como uma manifestação epistêmica em que a ênfase do conhecimento se dá no estar-entre (Haesbaert; Mondardo, 2011). Em relação a isso, é possível estabelecer conexões com o pensamento fronteiriço, aquele que se situa entre os pressupostos dominantes provenientes do pensamento ocidental e o reconhecimento de “outros” conhecimentos (Walsh, 2013, p. 83). A posição ocupada pelo pensamento fronteiriço não é de desvantagem por estar à margem; ao contrário, torna-se favorecida por estar próximo de outras fronteiras. Tal aproximação viabiliza o diálogo interativo com o conhecimento situado dos grupos circundados, sejam eles subalternos e/ou dominantes. Essa relação dialógica pode ser entendida como um procedimento salutar que “envolve não apenas o trânsito ou a passagem de um território ou territorialidade a outra, mas a transformação efetiva dessa alternância em uma situação nova, muito mais híbrida” (Haesbaert; Mondardo, 2011, p. 35).

Com base nessa reflexão, o pensamento fronteiriço pode ser caracterizado como autoetnográfica e de resistência, que busca a autodefinição dos grupos e maior integração/participação na construção do conhecimento humano. Apesar de toda dominação à qual

¹ De acordo com a conjuntura histórica e política os processos migratórios podem ser forçados ou espontâneos.



os povos negros e indígenas foram submetidos, deve-se considerar que eles são dotados de saberes próprios que não ficaram congelado no passado remoto, mas que possuem contrastes com a modernidade na qual foram postos. Dessa forma, ignorar o conhecimento produzido por essas comunidades se torna uma forma de etnocentrismo que deve ser combatida. O conhecimento camponês, por sua vez, é caracterizado, dentre outros fatores, pelo combate ao avanço da propriedade privada e da expansão das fronteiras do agronegócio não legitimada pelos grandes latifundiários. Já o conhecimento feminino identifica nuances diferentes da ótica masculina e contribui com um modo próprio de construir o conhecimento.

Tais sujeitos do conhecimento são protagonistas das vivências e das práxis informacionais que ainda não chegaram efetivamente no âmbito das pesquisas científicas. Para que isso aconteça, deve-se promover maior autonomia disciplinar, sendo necessário aceitar a multiplicidade de visões de mundo, buscar referências, pesquisar, estudar, inserir o conhecimento dos grupos historicamente marginalizados nos debates científicos e, acima de tudo, privilegiar as discussões existentes fora dos contextos hegemônicos do conhecimento.

A ciência da informação e suas articulações com os estudos decoloniais e a justiça epistêmica

A Ciência da Informação (CI), desde sua origem na década de 1960, na Europa e nos Estados Unidos da América (EUA), tem fixado suas raízes epistemológicas em investigações que privilegiaram a perspectiva colonizadora do conhecimento. Esses saberes hegemônicos foram responsáveis pelas propostas de definições e progressão teórica que muitas vezes favorecem uma estrutura colonial de poder. Conforme Robredo,

Em meados dos anos 1960, a expressão 'ciência da informação' estava definitivamente consolidada nos Estados Unidos, onde, aliás, **foi florescendo até hoje mais do que em outros países**, e não só abundavam já as propostas de definição, como surgiram, também, escritos em torno da fundamentação teórica da nova disciplina (Robredo, 2011, p. 25, grifo nosso)

Até mesmo a CI desenvolvida em latitudes externas aos centros hegemônicos do conhecimento passou por um processo embranquecedor que compactuou com a dominação epistêmica existente no meio acadêmico. Duque-Cardona e Restrepo-Fernández (2021, p. 06) elencam os intelectuais amplamente reconhecidos na América Latina e no Caribe – Shannon, Borko, Shera, Hjørland, dentre outros –, mas pertencentes aos centros hegemônicos do conhecimento. Tal predileção continua a ser reproduzido pela comunidade científica, acentuando ainda mais os preconceitos e as desigualdades epistemológicas entre grupos subalternizados. Para o enfrentamento dessa realidade, os sujeitos do conhecimento assumem uma posição contra hegemônica, objetivando se tornarem protagonistas do processo de produção informacional que lhes são próprias.



A fim de atender às atuais demandas informacionais apresentada por esses sujeitos, a CI tem assumido a responsabilidade política e social de contribuir com o pensamento crítico latino-americano. Para isso, ela tem trabalhado na perspectiva dos estudos críticos pós-coloniais incorporadas como forma de reconhecer diferentes epistemologias que contribuam com o processo evolutivo da ciência. Conforme Mignolo (2020, p. 11), “a atual produção intelectual que se autodenomina teoria crítica ou estudos ‘pós-coloniais’ inicia-se no século 18”. No entanto, no âmbito da CI – sobretudo no Brasil –, tais discussões são incorporadas à CI nos últimos dez anos, ou seja, três séculos depois. Dentro dos estudos pós-coloniais, a decolonialidade emerge dos tensionamentos e das fissuras da contemporaneidade (Araujo; Oliveira; Gracioso; Silva, 2021, p. 01) “como alternativa de resistencia y reconstrucción de la sociedade” (Duque-Cardona; Restrepo-Fernández, 2021, p. 09), cujo propósito é combater concepções e ideias impostas pelo eurocentrismo dominante no âmbito do saber/poder. Conforme Silva e Martins (p. 13, 2024),

A Ciência da Informação, [...] passou a contribuir com a produção de estudos decoloniais, com o propósito de criar mecanismos para representar a informação produzida pelos grupos minoritários e disseminar a produção intelectual do conhecimento subalternizada pela episteme eurocêntrica.

Assim, após constar a necessidade intelectual de superar os obstáculos epistemológicos (Bachelard, 1996), os estudos decoloniais se tornam um eixo de interesse científico da CI, visando realizar aproximações entre os saberes produzidos pelos grupos que não integraram a visão eurocêntrica do conhecimento, bem como o reconhecimento igualitário dos saberes perante a comunidade científica.

Frente ao panorama apresentado, a CI situada no contexto latino-americano e caribenho deve reconhecer a diversidade epistemológica entre culturas e lançar, com um enfoque emancipatório, um olhar atento sobre outras narrativas. Dessa forma, ao propor a interlocução entre os saberes no âmbito do conhecimento científico – seja ele negro, indígena, camponês ou feminista –, torna-se possível restituir a esses sujeitos sua condição existencial múltipla e descentralizada, dando-lhes condições de produzirem conhecimentos reais e singulares em diferentes tempos e lugares. Portanto, a CI seria o conector entre diversos lugares epistêmicos, promovendo de forma descentralizada a coexistência pacífica entre os saberes. Nesse contexto, as instituições de ensino/pesquisa devem estabelecer relações teórico-científicas situando o conhecimento dentro do espaço acadêmico, a fim de conhecê-lo, organizá-lo e interpretá-lo, sem estabelecer limites com os demais constructos epistêmicos excluídos do pensamento colonial, pois todos os saberes participam do aperfeiçoamento científico.

Uma forma metodológica de intervenção para implementar o diálogo entre os saberes são os Programas de Investigação Científica (PIC) (Lakatos, 1978). Para o autor, “a metodologia dos programas de investigação científica é uma nova metodologia demarcacionista (isto é, uma definição universal de progresso) que tenho vindo a defender desde há alguns anos” (Lakatos, 1978, p. 90). Tais programas se desprendem de critérios metodológicos demarcados e são desenvolvidos



por meio de constantes diálogos com o anarquismo epistemológico. Eles podem ser entendidos como esquemas filosóficos que propõem novas soluções para questões relativas ao saber visando ao desenvolvimento de teorias e técnicas, tanto para a resolução de problemas quanto para o progresso empírico. Conforme o pensamento de Duque-Cardona, Mazo e Uribe (2023, p. 93), o PIC é um programa que deve responder aos princípios da justiça epistêmica e contextual e ainda à realidade e às capacidades dos sujeitos, comunidades e instituições. Ainda conforme Duque-Cardona, Mazo e Uribe (2023, p. 94), um PIC “para Biblioteconomia e CI desde uma perspectiva crítica latino-americana e caribenha é uma epistemologia de resistência que questiona a tradição e nos convida a pensar ciências contextualizadas e situadas”.

Ao propor o desenvolvido de tais programas na Biblioteconomia e na CI, torna-se indispensável reintroduzir o conhecimento de diferentes grupos marginalizados nos centros de produção científica. Muitos registros do conhecimento produzidos por esses grupos foram destruídos/apagados ao longo dos séculos em decorrência das práticas do epistemicídio, dificultando sua disseminação, exceto pela prática da oralidade. Assim, faz-se necessário implementar um projeto acadêmico que contribua com o desenvolvimento de narrativas situadas, para que, mais uma vez, o conhecimento seja registrado em diferentes objetivos documentais e informativos, com diferentes códigos alfanuméricos que são próprios de cada cultura, não se limitando ao paradigma da cultura escrita, nem a uma linguagem universal. Também se torna imprescindível que tais registros recebam o tratamento técnico adequado, sendo representados de acordo com suas perspectivas de produção e temática para serem disponibilizados em formato aberto à comunidade científica nos meios analógicos e/ou digitais como forma de contribuir com a disseminação da informação contida nesses registros.

Outra forma de intervenção nas práticas de justiça epistêmicas é preparar as universidades para receber a diversidade de povos e culturas com o intuito de formar pesquisadores que contribuam com o crescimento teórico de suas áreas. A formação de pesquisadores negros, indígenas, camponeses e mulheres trará propostas que contribuirão com as lutas sociais emergentes. Além disso, ela ampliará a possibilidade do uso de autores latino-americanos nas produções científicas, visto que, predominantemente, há oportunidades apenas para as autoridades científicas situadas no contexto europeu. Conforme Duque-Cardona, Mazo e Uribe,

É inegável que injustiças epistêmicas ocorrem na Biblioteconomia e na CI, aliás, porque aqueles de nós que nos aventuramos a constelar e tentar despertar propostas distantes da tradição somos sistematicamente desqualificados pelas autoridades científicas que atuam como guardiãs dessa tradição (Duque-Cardona; Mazo; Uribe, 2023, p. 101).

Por meio dessas evidências, é vital que a Biblioteconomia e a CI empreendam uma releitura da colonização para combater o padrão de dominação global. Em conformidade com os estudos críticos decoloniais, o pensamento dos autores hegemônicos não deve se sobrepôr, mas sim se igualar aos conhecimentos produzidos por outros intelectuais da América Latina e do Caribe. Assim,



o conhecimento produzido pelos negros, indígenas, camponês e feministas assumem uma dimensão global, estabelecendo uma rede de conexões que lhes concede uma posição central na construção do conhecimento, viabilizando inúmeros benefícios para o enriquecimento humano e mútuo. A abertura do campo científico para as perspectivas localizadas contribui com o processo transformador dos saberes situados em conteúdos legítimos e institucionalizados no espaço acadêmico. Mediante o diálogo democrático entre diferentes visões e linguagens, as reparações históricas se concretizarão, devolvendo aos grupos excluídos a possibilidade de serem sujeitos partícipes de uma sociedade mais justa e igualitária.

Considerações finais

Diante do exposto, podemos inferir que as raízes das desigualdades epistemológicas entre saberes estão ligadas à modernidade que estabeleceu uma matriz colonial de poder, estruturando os grupos étnicos entre “civilizados” e “atrasados”. Tal concepção foi transportada para o meio acadêmico, o qual privilegiou os intelectuais pertencentes aos centros hegemônicos do conhecimento e deixou à margem a produção lógico-cognitiva dos diferentes grupos étnicos-raciais. Nesse contexto, o anarquismo epistemológico (Feyerabend, 1977) se apresenta como um programa de pesquisa que quebra com os padrões do mundo moderno/colonial.

Assim, o objetivo de desenvolver uma reflexão crítica decolonial que evidencie a influência das epistemologias latino-americanas e caribenhas na produção do conhecimento científico pôde ser atingido, na medida em que se demonstrou uma diversidade étnica-racial que contribui com a produção epistemológica do saber. Porém, constatou-se que existe um elemento comum a todos os sujeitos do conhecimento: a luta histórica pela autodefinição e a maior integração/participação na construção do conhecimento humano, já que tais sujeitos enfrentam uma série de obstáculos para levarem o conhecimento produzido para dentro das comunidades científicas.

No campo da Biblioteconomia e na Ciência da Informação (CI), já é possível identificar uma série de estudos que privilegiam os aspectos étnico-raciais do conhecimento, reconhecendo o conhecimento negro, o conhecimento camponês, o conhecimento indígena e o conhecimento feminista como saberes epistêmicos passíveis de serem abordados pelos pesquisadores que legitimam o conhecimento científico. No entanto, para impulsionar a partição desse conhecimento dentro das comunidades acadêmicas, faz-se necessária a implementação de Programas de Investigação Científica (PIC) (Lakatos, 1978) como forma de propor soluções para questões relativas ao saber, visando ao desenvolvimento de novas teorias. Nesse sentido, é imprescindível reforçar a máxima de que nenhuma epistemologia pode se impor de modo triunfante às demais e que o pensamento europeu é apenas uma parcela do conhecimento.

Agradecimento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ).



Referências

- Araujo, A. V. de F.; Oliveira, L. M. B. de; Gracioso, L.; Silva, M. D. P. da (2021). Decolonialidade e Ciência da Informação: veredas dialógicas. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 17, n. 2, 2021. DOI: 10.18617/liinc.v17i2.5828. Disponível em: revista.ibict.br/liinc/article/view/5828. Acesso em: 30 jan. 2024.
- Bachelard, G. (1996). **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Duque-Cardona, N.; Restrepo-Fernández, M. C. (2021) Bibliotecología para América Latina y el Caribe, propuesta teórica y filosófica para la discusión. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2.
- Duque-Cardona, N.; Mazo, J. D. L.; Uribe, W. P. (2023). Abordagens e quadros analíticos para pensar em Biblioteconomia e Ciência da Informação. In.: Duque-Cardona, N (org.). **Lenguaje, memoria e información**: fundamentación para la Bibliotecología y la CI desde Abya-Yala / Natalia DuqueCardona (Org.). Florianópolis: Selo Nyota; Rocha.
- Feyerabend, P. (1977). Contra o método; tradução de Octanny S. da Mota e Leonidas Hegenberg. Rio de Janeiro, F. Alves.
- Haesbaert, R., & Mondardo, M. (2011). Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. *GEOgraphia*, 12(24), 19-50. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2010.v12i24.a13602>.
- Lakatos, I. (1978) *História da Ciência e Suas Reconstruções Racionais*. Edições 70, Lisboa.
- Mignolo, W. D. (2003) **Histórias locais-projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Mignolo, W. D. (2005). La colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad. In: **La Colonialidad del Saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires: CLACSO.
- Robredo, J. (2011). Do documento impresso à informação nas nuvens: reflexões. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p. 19 - 42, março, 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/401/261>. Acesso em: 20 fev. 2024.
- Silva, I. O. da, & Martins, G. K. (2024). Monumentos escravocratas em ruínas: enlaces entre informação, memória e estudos decoloniais. *Folha De Rosto*, 9(2), 7-26. <https://doi.org/10.56837/fr.2023.v9.n2.964>
- Walsh, C. (2013). **Pedagogías Decoloniales**. Prácticas Insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir. Serie Pensamiento Decolonial. Editora Abya-Yala. Equador.

